

PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DE POLÍTICAS DE PRIVATIZAÇÃO: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Luan Tarlau Balieiro (UEM, luan.tarlau@gmail.com)

Mário Luiz Neves de Azevedo (UEM, mlnazevedo@uem.br /pesquisador do CNPq)

INTRODUÇÃO

Pontualmente, defendemos a ideia de que “[...] a educação, sem ressalvas, deve ser considerada um bem público” (AZEVEDO, 2019, p. 880). Entretanto, indagamos: quais rumos a educação vem tomando, ao ter em vista a era de domínio de tecnologias numéricas, inclusive pela disseminação do uso de plataformas digitais (SRNICEK, 2017), na qual nos encontramos? Vivenciamos um contexto de capitalismo em que a mercadorização avança sobre todos os campos, de maneira que, mesmo a noção de educação como um bem público é desafiada por interesses particulares nacionais e transnacionais, Organizações Internacionais, a exemplo do Banco Mundial (BM) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além de grupos políticos econômicos que colocam o mercado e a busca do lucro como preponderantes na sociedade, instauram novos modos de oferta educativa (ROBERTSON; VERGER, 2012).

Nesse sentido, as políticas de privatização, mais atualmente por intermédio de Parcerias Público-Privadas (ROBERTSON; VERGER, 2012), consolidam-se com o intuito de mercadorizar a educação brasileira, porém com discursos que apontam para a promoção de uma educação de qualidade. Com a pandemia ocasionada pela Covid-19, a situação se agravou: a educação passou a ser “plataformizada”. Assim, nosso objetivo, neste estudo, é refletir sobre o fenômeno da plataformização em meio à intensificação de políticas de privatização no campo educacional. Para tanto, selecionamos a Fundação Bradesco, a qual possibilitou uma escola virtual com a plataforma da IBM *OpenP-TECH*⁴⁶. Metodologicamente, trata-se de um estudo exploratório e bibliográfico, a partir de uma abordagem qualitativa, com base na teoria crítica de autores como Gramsci (2007), Nosella e Azevedo (2013) e Lapa (2020).

⁴⁶ Disponível em: <https://www.ptech.org/pt/open-p-tech/>.

HEGEMONIA E POLÍTICAS DE PRIVARIZAÇÃO

A ideia de que a educação é regida pelos interesses do mercado se intensifica com a influência dos Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais (APHEs). Antonio Gramsci apresentou o conceito de Aparelho Privado de Hegemonia (APH) ao longo de seus *Cadernos do Cárcere* (GRAMSCI, 2007), tendo em vista a relação entre o conceito de hegemonia e o de Estado geral. Especificamente quanto à hegemonia, Nosella e Azevedo (2013, p. 30) postulam que “é a substância principal de união do bloco histórico; a hegemonia funciona como uma liga para a construção do amálgama sociopolítico que dirige uma sociedade”, correspondendo-se a uma espécie de manejo de comportamentos, condutas, ideários que se reproduzem oficialmente como discursos universais.

Depreendemos que é justamente por intermédio de uma intervenção direta dos monopólios sobre a escola pública (ou, em termos de ordem mais semântica, da primazia da noção de educação como um serviço a ser prestado contrariamente à assimilação da educação como bem público) que observamos a instauração de um “capital educador” (PEREIRA; EVANGELISTA, 2019), o qual passa a ditar condutas, lógicas e modos de operar em um cenário globalizado e neoliberal. Com isso, avigoram-se projetos de políticas de privatização (quer sendo diretamente, quer sendo indiretamente) respaldados no ideário da qualidade, no fomento às Parcerias Público-Privadas e na propagação de uma hegemonia calcada em um discurso transformador, moderno e utilitarista.

Fundação Bradesco e a Plataforma *OpenP-TECH*

A Fundação Bradesco reafirma seu papel histórico ao alinhar-se aos grupos empresariais que detêm o controle sobre a tecnologia da informação e reproduz as diretrizes do Banco Mundial, UNESCO, OCDE e do movimento da coalizão global de educação, que, no Brasil, tem no movimento “Todos Pela Educação” seu principal organizador e difusor (LAPA, 2020, p. 89).

Com 40 escolas próprias, organizadas em todos os estados, bem como no Distrito Federal. É assim que a Fundação Bradesco consolida seu espaço no campo educacional. Seus primórdios se reportam à década de 1950, junto com outras iniciativas para propagar sua ideologia. Conforme bem analisa Lapa (2020), essa Fundação se caracteriza como a instituição filantrópica do Brasil mais significativa, constituindo-se uma das cinco maiores da América Latina. Seu programa educacional atinge amplos níveis de ensino e formação: educação básica, formação profissional, educação de jovens e adultos e a distância.

Ponderamos que a Fundação Bradesco constrói uma hegemonia circunscrita no campo educacional, especialmente por ser flexível e considerar distintos graus de ensino. Novamente respaldados em Gramsci (2007), pensemos essa Fundação como uma liderança moral e intelectual que se aflora para assegurar, de fato, um domínio social à educação. Com a pandemia, mostrou-se totalmente ativa: em abril de 2020, anunciou publicamente, em suas páginas digitais, a nova parceria com a *International Business Machines Corporation* (IBM), com o intuito de implantar a plataforma *OpenP-TECH*, desenvolvida pela IBM em 2010.

Essa plataforma equivale a um modelo educacional voltado para a formação de um novo tipo de trabalhador que utilizaria competências e habilidades aparentes na área das Ciências Exatas. É importante averiguarmos que a iniciativa de criar a *OpenP-TECH* ratifica a força internacional de grandes empresas de tecnologia que têm investido no âmbito da educação. Criticamente, Lapa (2020, p. 93, grifos nossos) profere que: “Todos esses modelos têm como foco a educação relacionada à tecnologia e **apostas do neoliberalismo para a modernização da educação**”. Essa aposta incide diretamente na plataformização da educação, exigindo dos sujeitos profundos saberes tecnológicos para que operem a um preceito empresarial.

Quanto à funcionalidade da plataforma, tem-se: “além da formação em 5 anos de escolarização para o ensino médio, ao superior é acrescido mais 1 ano de estágio profissional, totalizando 6 anos de programa” (LAPA, 2020, p. 93). Isto é, após os estudantes finalizarem os cursos na plataforma, passam a receber *badges digitais*⁴⁷, os quais podem ser acrescentados no currículo com o objetivo de amparar na aquisição de alguma vaga no mercado de trabalho. Na própria página inicial da plataforma, é nítido o seu caráter direcionado à formação técnica, como vemos nas frases: “Aprendizagem digital gratuita sobre as **habilidades técnicas e profissionais de amanhã**” e “Desenvolva **habilidades**, ganhe **emblemas**”.

CONCLUSÕES

Em busca de respostas à pergunta realizada na Introdução, notamos a consolidação de um “economicismo” – reportamo-nos à teoria sociológica de Bourdieu sobre a construção social do campo econômico, a partir de Jourdain e Naulin (2017) –, em que a educação está submetida às mudanças econômicas, as quais se tornam um parâmetro para reformas educacionais.

Nesse contexto, consubstancia-se o capital educador, que orienta, a partir de uma jogada neoliberal, a plataformização da educação ou, mais exatamente, o avanço do capitalismo de

⁴⁷ Microcertificações estimadas por indústrias, organizações e empresas que comprovam o domínio de habilidades específicas.

plataforma no campo educacional (SRNICEK, 2017). Assim, a educação operacionalizada pelos APHEs se alicerça em forças (materiais, ideológicas e digitais) do capital, entendendo-a como um serviço a perpassar pelas ações de oferecer, adquirir e investir – à semelhança de um produto à venda.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. L. N. de. Bem público, teoria do capital humano e mercadorização da educação: aproximações conceituais e uma apresentação introdutória sobre “público” nas Declarações da CRES-2008 e CRES-2018. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 873-902, set./dez. 2019.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 4.

JOURDAIN, A.; NAULIN, S. **A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2017.

LAPA, C. M. F. Fundação Bradesco: hegemonia e o “novo normal” da educação à distância. *In*: LAMOSA, R. (Org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia**: uma tragédia anunciada. Editora Terra sem Amos: Parnaíba, 2020. p. 85-96.

NOSELLA, P.; AZEVEDO, M. L. N. de. A educação em Gramsci. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 15, n. 2, p. 25-33, 2013.

PEREIRA, J. N.; EVANGELISTA, O. Quando o capital educa o educador: BNCC, Nova Escola e Lemann. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 6, n. 10, p. 65-90, jan./jun. 2019.

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000400012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2021.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Cambridge-UK: Polity, 2017.